



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

INFLUENCIAS DA SEGREGAÇÃO NAS CIDADES: A VIOLÊNCIA URBANA NO SUBDISTRITO DE GUARUS EM CAMPOS DÓS GOYTACAZES- RJ

Flávia Ribeiro de Alvarenga (Universidade Federal Fluminense) - flaviadealvarenga@gmail.com

Formada em Arquitetura e Urbanismo pelo IFF. Mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas pela UFF.

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF) - antenoras@id.uff.br

Graduada em Serviço Social pela UFF. Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ. Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável/EA (UNICAMP) Docente pesquisadora da Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Reg

Teresa de Jesus Peixoto Faria (UENF) - teresa.uenf@gmail.com

Doutora em Études Urbaines - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e do Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Influencias da segregação nas cidades:

a violência urbana no subdistrito de Guarus em Campos dos Goytacazes- RJ

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa intitulada “Formação sociohistórica do subdistrito de Guarus em Campos dos Goytacazes — RJ: Um processo de segregação”, que teve como objetivo analisar a segregação existente, em Campos dos Goytacazes, nos bairros que compõem o terceiro subdistrito, Guarus, por meio da análise de condicionantes como demografia, vulnerabilidade social, racismo, violência, entre outros.

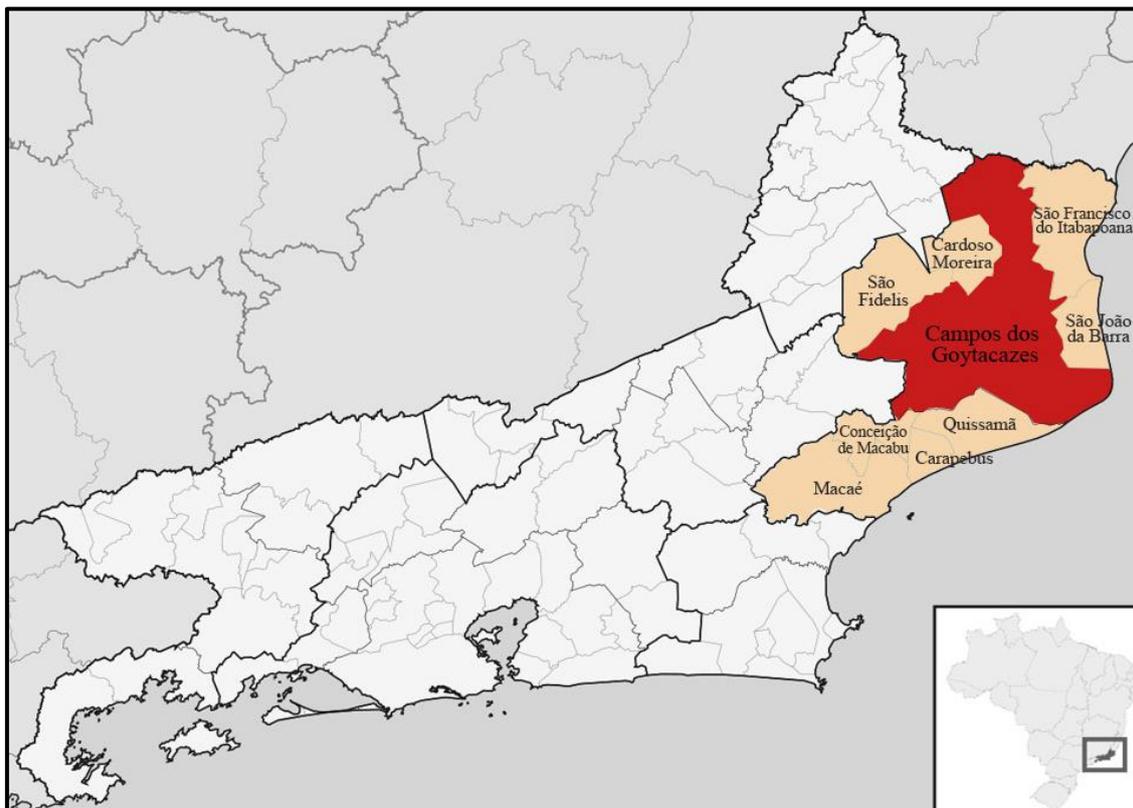
O estudo citado analisa, além das bases conceituais sobre cidade e segregação, o processo histórico de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, tendo em vista a ocupação da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, que, mais tarde, viria a ser o subdistrito de Guarus e a maneira com que se formou o núcleo urbano, com a relação de dependência com o núcleo urbano central da cidade na margem direita do rio.

Obtém-se um esclarecimento sobre as concepções do que é cidade, suas definições e conceitos a partir das análises de sua formação, além do estudo da forma como elas foram vistas no decorrer do tempo — principalmente nos períodos pós-industrial, quando a atuação do capital no espaço urbano aumentou de maneira exorbitante — e como isso influencia em sua organização até os dias atuais. A partir do conceito e das análises sobre as cidades, é possível contextualizar e compreender a cidade em análise, Campos dos Goytacazes.

Campos dos Goytacazes está localizada na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, junto aos municípios de Macaé, São João da Barra, Quissamã, Cardoso Moreira, São Fidélis, Carapebus, São Francisco de Itabapoana e Conceição de Macabu (Mapa 1). A Região Norte possui papel importante na economia do estado, devido, inicialmente, à agroindústria açucareira e, posteriormente, à produção de petróleo e gás natural na bacia de Campos. O município campista é um dos maiores beneficiados pelos royalties¹ e já possui um dos maiores PIBs do País.

¹ Segundo o Senado Federal, os royalties do petróleo podem ser definidos como “uma forma de participação governamental, assim como o bônus de assinatura, a participação especial e o pagamento pela ocupação ou retenção da área”. Segundo o IBGE (2010), a cidade de Campos dos Goytacazes já recebeu, no ano de 2013, a quantia de R\$ 1.933.657.804,76. Os altos repasses fizeram com que a cidade se tornasse fortemente dependente da renda oriunda do petróleo e das participações especiais concedidas pela Lei do Petróleo (Lei Federal 9.478/97). No entanto, devido a fatores como a queda na arrecadação da participação especial em toda a região, Campos dos Goytacazes e as cidades que se beneficiam desses recursos sofreram grande queda em seus PIBs, afetando o desenvolvimento e os investimentos feitos na cidade.

Mapa 1: Localização de Campos dos Goytacazes na região Norte do Rio de Janeiro



Fonte: Produzido pela autora com base em IBGE (2020).

O município se divide em 14 distritos, sendo o primeiro o distrito-sede, que, por sua vez, é dividido em quatro subdistritos, além de ser cortado pelo rio Paraíba do Sul, marco da divisão entre Guarus e os demais subdistritos. O interesse pelo subdistrito de Guarus se deu pelo empirismo no tema e pela observância da lacuna existente nos estudos urbanos campista sobre o conjunto de bairros situados ao norte do distrito-sede.

O objeto de estudo tratado na dissertação foi a segregação presente em Guarus e a produção das desigualdades sociais que surgiram no decorrer da história do subdistrito. O conjunto de bairros que forma o terceiro subdistrito representa a porção do distrito-sede da cidade, que se localiza ao norte do rio Paraíba do Sul, e possui diversas características que unidas atuam para a perpetuação da segregação na área. Uma delas é relacionada a violência e tráfico, que operam como barreira e sinônimo de estigma.

O subdistrito de Guarus — que permaneceu conhecido pelo nome de quando ainda era distrito da cidade de Campos dos Goytacazes, porém possui a denominação oficial de Terceiro Subdistrito — representa o lado esquerdo do rio Paraíba do Sul. Guarus possui 25 bairros oficiais (IBGE, 2010) e teve seu adensamento populacional mais evidente com o êxodo rural que ocorreu com a decadência do sistema sucroalcooleiro da região na década de 1970.

A região de Guarus abriga 36,17% da população de todo o município de Campos dos Goytacazes, um total de 130.467 pessoas (IBGE, 2010). Essa

população é formada predominantemente pela classe trabalhadora de menor renda do distrito-sede e habita nos bairros que possuem diversos índices baixos no distrito-sede, acumulando dificuldades enfrentadas diariamente pelos moradores, além do preconceito, reforçado também pela mídia.

Apesar de Guarus ter sido anexado ao distrito-sede, as suas características diferem daquelas dos demais subdistritos, principalmente os localizados ao sul da cidade. A partir dessa percepção, as pesquisas buscaram evidenciar que os índices analisados, os quais podem ser compreendidos a partir da análise histórica da área, revelam que a desigualdade está instalada desde os primórdios. A diferenciação dos investimentos públicos, por exemplo, direcionados às duas áreas e a ineficiência das políticas públicas influenciam na precarização dos bairros do lado esquerdo e na segregação socioespacial que se observa na cidade — a segregação impacta trazendo dificuldades ao acesso da população de menor renda às políticas de infraestrutura urbana, transporte, educação etc.

A hipótese que norteou o trabalho é a de que Campos dos Goytacazes é uma cidade excludente e segregatória, onde o local de moradia atribui ao morador uma carga de significados e julgamentos, além de favorecer ou desfavorecer o acesso, dentro da cidade, a serviços (que são direitos) fundamentais no dia a dia, como lazer, serviços e até mesmo a oportunidades de emprego.

Para comprová-la, o estudo tem como procedimento metodológico a análise histórica de formação e ocupação da margem esquerda do rio Paraíba do Sul e das bases conceituais de segregação por meio de levantamento bibliográfico, utilização de recursos imagéticos e cartográficos, além de levantamento de dados demográficos e socioeconômicos, que possibilitasse o entendimento dos fatores que geram a segregação na cidade. É importante destacar que, como recorte da dissertação, este artigo trata da segregação associada à violência.

OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA SEGREGAÇÃO

A segregação, mesmo que não compreendida sob tal categoria há época, aparece na história da sociedade desde os primórdios por meio de cidades que possuíam divisões sociais, políticas e econômicas bem marcadas, como é o caso das cidades gregas e romanas.

O primeiro autor a tratar do conceito e a formular um modelo que tentava demonstrar os padrões espaciais seguidos pela separação existente na cidade foi o geógrafo alemão Johann Georg Kohl, no ano de 1841. Para ele, a cidade era dividida em círculos concêntricos, com as classes mais abastadas residindo na parte central, e os mais pobres, nas periferias distantes. Décadas mais tarde, em 1920, já tratando das cidades norte-americanas e não mais das europeias, como Kohl, Ernest Watson Burgess formulou seu modelo partindo também dos círculos concêntricos, mas com organização oposta, na qual as elites residiriam nas periferias, e os mais pobres migrariam para o centro a fim de obter proximidade com o trabalho (CORRÊA, 2002).

O termo segregação generalizou-se com os pensadores da Escola de Chicago nas décadas de 1930/1940, em meio a um vasto conjunto de pesquisas para investigar os fenômenos sociais que ocorriam no meio urbano da cidade de Chicago. Em suas pesquisas, buscavam compreender como se dava a escolha de localizações no espaço urbano pelos indivíduos com diferentes características, como etnia ou faixa de renda.

Apesar de não ser negada a existência da segregação, os agentes que a causavam não eram elementos levados em consideração por essa corrente, pois os estudiosos da Escola de Chicago viam o processo como algo natural e inerente ao processo de urbanização, no qual ficariam a cargo do mercado imobiliário e da iniciativa privada as direções de crescimento da cidade. Dessa maneira, as diferenças sociais existentes entre os distintos grupos eram deixadas de lado e apenas a ideia de autosegregação era admitida.

Nos anos de 1960/1970, outras percepções do conceito de segregação começaram a surgir, abordadas por pensadores de forte influência marxista, principalmente os da Escola de Sociologia Urbana Francesa. Ao contrário da Escola de Chicago, a francesa promoveu a desnaturalização do conceito, que passou a ser utilizado como um instrumento para compreender os processos desiguais da urbanização capitalista.

A partir dessa desnaturalização, a segregação passou a ser analisada como resultado das contradições criadas a partir das relações sociais e das lutas de classe, que incidiram na estruturação do espaço urbano, deixando — essa estruturação — de ser vista apenas como a escolha de localizações do indivíduo, tornando-se objeto fundamental no estudo do espaço urbano. As causas da segregação passavam a ter importância, não sendo mais analisadas apenas as consequências que o fenômeno gerava.

Um dos primeiros autores de origem marxista a tratar do conceito de segregação socioespacial em seus estudos foi Henri Lefebvre (2008), que colocou a organização da cidade como reflexo das relações sociais. A partir daí, a segregação conseguiria instalar-se no espaço urbano. Ele leva em consideração as diferentes oportunidades das classes sociais e o consequente acesso diferenciado ao espaço, tido como mercadoria e sujeito a alterações de acordo com o poder político e econômico de cada classe.

O autor (ibidem) trata da importância da moradia para o ser humano, como ambos estão intrinsecamente ligados e como o habitar deve "ser considerado como fonte, como fundamento, como funcionalidade e transfuncionalidade essenciais" na vida do indivíduo (p. 81). No entanto, relata que a cidade é formulada não de acordo com esses valores, mas com as imposições capitalistas que visam os rendimentos e obedecem a critérios de classes, tornando a cidade um lugar dominado pela desigualdade.

Na medida em que o valor de uso subordina-se ao valor de troca, e a mercadoria generaliza-se no urbano, a cidade e a realidade urbana tendem a ser destruídas, pois a cidade não é vivida em sua totalidade, e sim fragmentariamente, e através de crescentes constrangimentos aos seus habitantes. (LEFEBVRE, 1991, apud SILVA et al., 2010)

As localizações dessas moradias são interpretadas como chances desiguais para os habitantes de cada área, levando em consideração os

diferentes acessos à infraestrutura urbana, aos serviços e empregos, o que torna a cidade cada vez mais segregada e possibilita que a qualidade de vida e o acesso a oportunidades sejam diferentes para cada parcela da população. Nesse sentido, Lefebvre (2008, p. 87) afirma que a desigualdade é implantada nas cidades junto ao estabelecimento de uma ordem urbana que "dissimula uma desordem fundamental", pois a

alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Nela o espaço torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégio mantidos e conservados por uma prática (o "centro") e estratégias (Ibidem).

Lefebvre (2001) alega que as cidades se fragmentam a partir de disputas no meio urbano, que tornam a cidade um lugar sem urbanidade, impossibilitando as trocas entre os habitantes que necessitam de condições para isso — estrutura urbana para circulação, lazer, comunicação, por exemplo.

Nessa perspectiva, o autor considera a segregação como um fenômeno tanto social quanto espacial, na qual se faz necessário ter em conta os aspectos sociais e econômicos que definem a valorização ou desvalorização do lugar, o que pode gerar a impossibilidade do encontro e do contato entre os diferentes grupos sociais, facilitando apenas as relações entre os que estão próximos, no caso, seus iguais. Com isso, as relações das trocas, que não se resumem ao âmbito econômico, seriam prejudicadas, levando a um afastamento dos "diferentes".

Ao levar em conta a estrutura urbana, o referido autor indaga as características que são dadas à cidade, desde o fato de ser o ponto que concentra o poder econômico e político até a análise da segregação e da cidade como um organismo caótico, e declara que tais "conceitos parecem designar os lugares, e as qualidades do espaço só designam, de fato, relações sociais alojadas num espaço indiferente: vizinhança, circunvizinhança, etc." (LEFEBVRE, 2008, p. 87), reafirmando a indivisibilidade entre o espacial e o social.

Castells (1983, p. 250) define a segregação urbana como a "*tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia". No entanto, essa tendência não pode ser considerada como única explicação para a definição das localizações no espaço urbano, já que cada cidade possui um histórico diferente com determinantes distintas que a caracterizam e particularizam, como o histórico das áreas e a distribuição das atividades. Isso significa que existe "a interação entre as determinações econômica, política, ideológica na composição do espaço residencial; por outro lado, existe um reforço da segregação [...] segundo a articulação da luta de classe no local de residência".

Sob o pensamento de tal autor, a estratificação e a segregação não seriam a projeção direta do sistema de estratificação social sobre o espaço urbano, mas sim efeito da distribuição do produto entre os indivíduos assim como a distribuição da moradia no espaço. Reforçando a conceituação de Lefebvre sobre o tema, Castells afirma que a segregação resulta das diversas

contradições sociais e lutas de classe existentes no sistema capitalista que vão incidir na organização do espaço urbano, pois quando há

[...] uma *estratificação urbana*, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, [ocorre a] segregação urbana (CASTELLS, 1983, p. 249 e 250).

Castells (ibidem) rompe com a tradição sociológica funcionalista ao trazer os conflitos e os problemas urbanos para o campo de análise das lutas de classes, em que a cidade reproduz as diferenças sociais e as evidencia no espaço físico urbano por meio do distanciamento social entre as classes distintas — a forma como as residências são distribuídas no espaço urbano varia de acordo com as classes. Neste sentido, quanto maior a distância social existente entre elas, maior será a diferença na implantação e maior também a segregação presente na área. Tal fato fica evidente na disparidade que existe entre as classes sociais segregadas e a representação que a moradia tem na sociedade, estando no centro de muitos conflitos sociais, já que segue os parâmetros utilizados pelo capitalismo que gira em função da renda (Ibidem).

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas. A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função das suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc. (CASTELLS, 1983, p. 249).

A segregação não deve ser considerada apenas como a distinta localização das residências no espaço urbano, mas também pela facilidade de se ter acesso aos locais de trabalho, lazer, comércio, serviços e pontos estratégicos da cidade. Logo, a capacidade de deslocamento é um fator primordial que atua inserindo ou excluindo os sujeitos do meio urbano e afetando diretamente as possibilidades de acesso que cada grupo social terá (Ibidem).

No que se refere às lutas de classe, seu nível também exerce influência sobre a segregação nas formas e no ritmo em que ela acontece. Referindo-se à relação entre as próprias classes, existe a situação de luta aberta, na qual, mesmo existindo a dominação de uma das classes sobre a outra, existe a mistura residencial de ambas no espaço urbano, mesmo que em condições bastante distintas (CASTELLS, 1983).

O autor (ibidem) considera que o capitalismo é um componente que altera e transforma a sociedade, já que determina o acesso ao espaço urbano, à moradia, às oportunidades, à mobilidade, entre outros, visando apenas o lucro. Castells aponta outros agentes que operam na sociedade e contribuem no processo de segregação; entre eles, destaca-se o Estado e a questão política — principalmente as políticas públicas habitacionais —, na qual há obtenção de serviços e melhorias nas áreas que são destinadas a parcela dominante da população em detrimento dos demais habitantes da região (Ibidem).

A reprodução da força de trabalho é o elemento fundamental na segregação que ocorre nas cidades, pois é responsável pela distribuição do solo urbano, adquirido de acordo com a renda de cada indivíduo. O autor afirma que as áreas não são privilegiadas antes da ocupação, mas valorizam-se de acordo com a sua ocupação e estão sujeitas a modificação constante desse status definido pela dinâmica social (Ibidem).

Considerando que a organização social está ligada à lógica da acumulação de capital, ao se negociar o espaço urbano como mercadoria, há, conseqüentemente, a limitação do acesso à utilização e aquisição, servindo como instrumento hierárquico ao promover a fragmentação das diferentes classes. Nota-se, com isso, que o mercado imobiliário é um dos principais responsáveis no processo de segregação socioespacial.

Castells e Lefèbvre discorrem sobre as formas de ação em relação à cidade e utilizam a teoria marxista como base, mas tratam, de maneiras distintas em seus estudos, o tema da segregação. Enquanto para Lefebvre o aspecto que mais importava era o subjetivo, no qual a segregação não é algo apenas espacial, mas também social — que leva em consideração os fatores intrínsecos aos seres humanos —, Castells prioriza a questão política e ideológica do processo, além dos atores envolvidos.

Entre os estudiosos brasileiros que pesquisaram sobre o tema, pode-se destacar Flávio Villaça (2001), que analisou a segregação em metrópoles brasileiras e identificou que as existentes são as “de classes e de etnias ou nacionalidades”. Entretanto, sua abordagem tem o foco na segregação das classes sociais, que adquiriu maior densidade no estudo metropolitano. Ao conceituar a segregação, ele a considera como “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais ou conjuntos de bairros* da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142, grifo no original).

Villaça (2001), autor que possui grande influência das ideias de Castells, afirma que o espaço é controlado pelas camadas de alta renda de acordo com os mecanismos citados por tal autor: o do mercado imobiliário, de natureza econômica, que seria o responsável por definir os deslocamentos espaciais de forma a beneficiar as classes abastadas; o de natureza política, o Estado, com a localização dos aparelhos estatais e legislação urbanística; e, por fim, o da ideologia, definida como o caminho que as classes dominantes utilizam para legitimar as condições sociais de exploração e dominação fazendo parecerem justas.

Com base no que os mecanismos citados ocasionam, o autor (Ibidem) leva em consideração a localização das moradias das distintas classes sociais no espaço urbano e sua concentração, já que, para ele, há a predominância da segregação de classes sociais no Brasil. Apesar da diferenciação dos locais onde estão situadas as habitações no espaço, a existência de determinada classe social não impede que outras classes habitem na mesma área, não existindo locais que tenham concentração exclusiva das camadas de alta renda, apesar de não poder ser feita a mesma comparação com as de baixa renda.

Apesar da avaliação dos locais de moradia das diferentes classes sociais, o autor (Ibidem) discorda da teoria de que os valores do solo urbano seriam os causadores da segregação, tendo em vista que as classes de maior renda

escolheriam as terras mais caras e deixariam as mais baratas para as camadas mais pobres, pois não é possível afirmar que as classes com maior renda buscarão sempre os terrenos com maior custo, já que também ocupam terras na periferia com valores mais acessíveis. Villaça conclui que o que ocorre na realidade é a influência da segregação nos valores do solo, e não o oposto. Complementar ao preço do solo, a segregação evidencia a dominação por meio da relação entre a localização do indivíduo e a sua renda, já que as oportunidades de emprego são influenciadas diretamente pela localização no território.

A distribuição das localizações na cidade se dá pela luta de classes, na qual ocorre a dominação das classes de menor renda e poder político por parte das classes dominantes, na busca de conseguir para si as melhores áreas que lhes favoreçam pela proximidade das áreas com concentração de empregos; pelos sítios naturais ou pela infraestrutura e serviços — que não atraem as elites, mas vão à procura delas —, entre outras razões que têm por consequência a segregação, fator essencial para que haja o domínio social, político e econômico do grupo que prevalece sobre o outro, sem o qual seria muito difícil viabilizar a desigual apropriação do espaço. (Ibidem).

Mesmo quando há uma proximidade maior das classes sociais com a chegada das elites nas áreas periféricas, não há ausência da segregação; ela permanece presente na delimitação entre os grupos sociais, muitas vezes representados por muros, que é a solidificação das barreiras sociais. Os condomínios fechados que adentram as periferias são exemplos dessa característica (Ibidem).

Ao analisar a segregação intraurbana, ele afirma que há a tendência à homogeneização de bairros das camadas de alta renda que passam a se localizar mais perto dos seus "iguais" para usufruir de maiores vantagens. Esse padrão de deslocamentos ocorre seguindo a teoria da organização em setores elaborada por Hoyt (1959), na qual as elites se uniriam em uma determinada área da cidade e seguiriam o padrão de deslocamento, para que sua facilitada acessibilidade ao centro, aos serviços e empregos se mantenha. Com isso e com a movimentação dos centros nessas direções, fica evidente que a segregação não é apenas de residências, mas também de serviços e comércio.

Além disso, Villaça (Ibidem) afirma que a união da burguesia em uma área homogênea permite que seu poder seja maior sobre o estado e o mercado imobiliário, propiciando que sua localização possua vantagens sobre as demais áreas da cidade, em que se pode incluir o crescimento do centro em sua direção. Dessa forma, as áreas que se encontram fora dos limites sob domínio das elites são consideradas como um local distante ou fora de mão, mesmo que não sejam.

Ao contrário do que afirma Villaça, Carlos (2008b) acredita que o valor do solo possui forte influência na decisão da locação da moradia, onde as camadas de maior poder aquisitivo optariam pelas melhores áreas — as "zonas privilegiadas" — e possuiriam, conseqüentemente, os preços mais elevados, enquanto as camadas com menos poder aquisitivo ficariam com os terrenos mais baratos. A diferenciação não seria apenas pelos valores atribuídos aos terrenos, mas também pelo acesso aos recursos e benefícios presentes na cidade, afetando até a forma construtiva das residências. A autora considera que as elites buscam as melhores áreas para morar através desses recursos da cidade

e não que as melhorias iriam ao sentido que caminha a burguesia, "em suma, é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade [...] baseados nos mecanismos de apropriação privada [...] impõe uma determinada configuração ao espaço urbano" (2008a, p. 89 e 2008b, p. 49).

Com a reflexão sobre as relações sociais estarem ligadas ao uso da cidade, é feita a afirmação de que a variação do valor do solo é definida por fatores como a localização do terreno e o bairro ao qual pertence, a acessibilidade aos locais privilegiados da cidade, a infraestrutura já existente e, por último, a privacidade.

O espaço urbano analisado enquanto concentração que possibilita a produção e circulação do capital, portanto, sua reprodução, não exclui sua consideração enquanto produto da produção social, e com isso implica determinado "modo de vida" para a sociedade urbana (CARLOS, 2008b, p. 49).

A disputa pelos locais com maiores vantagens gera conflitos entre as classes, tendo como mediador o mercado, o que faz resultar em desigualdades e heterogeneidade. O uso do solo e o valor que deve ser pago por ele estão intrinsecamente ligados, remetendo à noção de espaço-mercadoria. Com isso, a autora afirma que

[...] trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção, o monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a estas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la (CARLOS, 2008a, p. 87).

A partir daí, há concordância com os escritos de Villaça, já que Carlos (2008a) assume que, com essas características, ocorre a diferenciação de classes, o que se revela na forma da segregação. Já assume também a relevância de outros quesitos na estruturação urbana não apenas o custo que cada área da cidade possui.

Por sua vez, Lobato Corrêa (2013) trata também da segregação residencial, tendo em vista a diferenciação existente entre as classes sociais no espaço urbano, que surge como algo inerente ao capitalismo que permite acesso diferenciado a recursos constantemente encontrados com mais facilidade nas áreas onde há maior quantidade de habitantes de maior poder político e econômico. Levando-se em consideração que o que possibilita o aparecimento da segregação é a existência das classes sociais, o autor reitera a afirmação de Castells de que as classes sociais se concentrariam em áreas com tendência à homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas — áreas sociais —, possibilitando, dessa forma, a reprodução e a existência de cada um dos grupos. Ou seja, "da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista" (CORRÊA, 2002, p. 62).

A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e nesse sentido, o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de

trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. [...] Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro.

Segundo o mesmo autor, na mesma obra (p.56), para classificar determinado grupo populacional e defini-lo como uma área social, é preciso avaliar três fatores que evidenciam a existência de diferenciação social, são eles: a posição social que os habitantes ocupam levando em consideração seu status social e econômico na sociedade, que é o que define a divisão do grupo social; a urbanização que "refletem mudanças nas relações entre população e economia"; e, por último, a segregação, que é um agente produtor de diferenciações na cidade pela divisão social do espaço.

As classes sociais são estruturadas de forma a manterem as tendências do capitalismo, no qual se cria demanda contínua de consumo para diferentes tipos de produtos e serviços, controle sobre o processo de produção e divisão do trabalho, para que os padrões estabelecidos não se alterem, não permitindo, dessa forma, que haja instabilidade no sistema. Três forças são responsáveis por essa estruturação: uma primária, referente às relações de trabalho; uma residual, que trata da organização social; e uma derivativa, que é a necessidade de manter os processos que são responsáveis pela acumulação de capital (Idem, 2002, 2013).

Tais forças geram maior complexidade da sociedade e, na medida em que atuam durante muito tempo de forma intensa, tornam a fragmentação social marcante, com a diferenciação das locações de residências, ao mesmo tempo que se verifica uma crescente concentração espacial da população e das atividades. Da localização diferenciada dessas classes fragmentadas e distintas é que se evidencia a segregação (Idem, 2002 e 2013).

Apesar de a segregação ter variados tipos de análise, em que cada autor coloca como base um determinado aspecto, é possível notar que existe um consenso entre eles no que diz respeito ao processo de segregação ser resultado das desigualdades que existem nas relações entre as diferentes classes sociais, o que resulta em um acesso diferenciado à cidade — seja pela localização no espaço urbano ou pela dificuldade de acesso a bens de consumo, serviços, oportunidades de emprego, entre outros.

A desigualdade que existe no espaço urbano impossibilita que todos os moradores tenham acesso aos mesmos serviços e facilidades, privilegia alguns em detrimento da maioria e ocasiona diversas diferenciações — como alteração do valor de determinadas áreas da cidade, valores de renda desproporcionais para moradores de uma área e outra, mobilidade e acessos reduzidos.

Os bairros que apresentam os maiores índices de violência na cidade também se destacam na ausência de acessos a equipamentos de saúde, educação, cultura, transporte, lazer, vagas de emprego, possuem rendas mais baixas e a pouca ou inexistente infraestrutura de saneamento no local. Isso revela o quanto a segregação influencia na desigualdade e nos baixos indicadores, que juntos criam um ambiente que favorece a disseminação e reprodução da violência.

Entende-se por segregação, para fins deste trabalho, utilizando como referência o conceito abordado por Villaça (2001), a diferenciação que ocorre na estruturação da cidade, resultado da luta de classe que determina a localização de moradia de cada uma e as consequências que esses locais geram na vida de cada cidadão. As diferentes localizações residenciais influenciam as possibilidades que cada pessoa encontrará no espaço urbano, como a maior ou menor facilidade de acessos a serviços, lazer e até mesmo a vagas de emprego, que atuam diretamente no poder econômico e impossibilitam a melhoria de vida.

Villaça (2011), que tem como local de análise a cidade de São Paulo, uma área metropolitana, afirma em seu texto que suas avaliações podem ser aplicadas em cidades não metropolitanas, como é o caso de Campos dos Goytacazes, já que, para ele, "Toda cidade brasileira acima da média tem uma região geral segregada tal como a [...] descrita para São Paulo" (p. 49), com as devidas adaptações.

O autor (ibidem) trata de regiões da cidade que ele classifica como grandes conjuntos de bairros. Apesar de o autor abordar as regiões, as características de Guarus se assemelham ao que é abordado por Villaça, já que o subdistrito também é um conjunto de bairros que se localizam em uma determinada área da cidade, no lado esquerdo do rio Paraíba do Sul. Com isso é feito o recorte sugerido para análise.

A abordagem por maiores porções da cidade e não apenas por bairros separadamente faz com que a compreensão seja maior; dessa forma, é possível relacionar a estrutura urbana como um todo e articulá-la com os processos sociais que são fundamentais, além de facilitar o entendimento do próprio processo de segregação (ibidem).

Além disso, ao relacionar o conjunto de bairros para estudo — no caso do presente trabalho, o subdistrito —, Villaça (2011) afirma que se torna possível o estudo de outras características, e não apenas a segregação residencial, mas também a segregação dos comércios, serviços e dos empregos, que é um fator importante que gera a desigualdade.

Dessa forma, a segregação é relacionada com a dominação social, que, mesmo não sendo a única manifestação pela qual é possível explicar os conceitos da segregação e das transformações sociais, é uma das mais importantes formas pela qual a desigualdade se perpetua na sociedade (ibidem). No subdistrito de Guarus, essas diferenças podem ser observadas ao analisar as especificidades do conjunto de bairros que possuem baixos índices socioeconômicos positivos, enquanto os negativos são consideráveis.

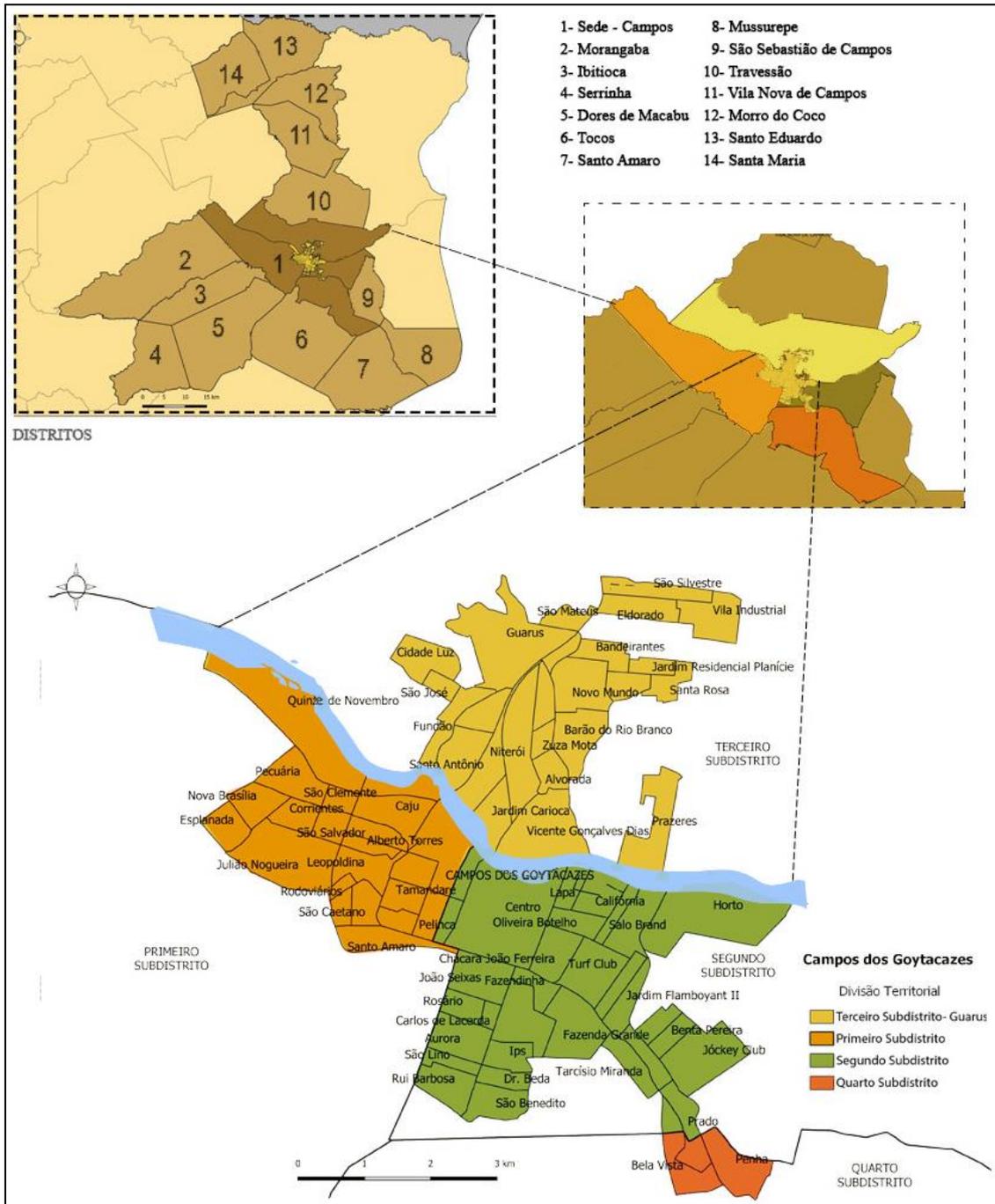
O CONTEXTO DA ÁREA DE ESTUDO – SUBDISTRITO DE GUARUS

Terceiro subdistrito pertencente ao distrito-sede Campos dos Goytacazes, Guarus localiza-se na margem esquerda do rio Paraíba do Sul e possui, de acordo com o censo 2010 feito pelo IBGE, 130.467 habitantes, o que equivale a aproximadamente 36% da população de todo o distrito-sede — destes, apenas 1149 pertencentes à área rural do subdistrito.

O Mapa 2 mostra as divisões dos distritos de Campos dos Goytacazes, com ênfase no distrito central “cortado” pelo rio Paraíba do Sul, marco físico na

divisão em duas partes: a que se encontra na margem direita, onde se localiza o centro da cidade (área nas cores laranja, verde e vermelho), e na margem esquerda, em que se situa o subdistrito de Guarus (área na cor amarela).

Mapa 2: Subdivisões do distrito-sede de Campos dos Goytacazes



Fonte: IBGE, malhas digitais. Elaboração: NESA/UFF Campos, 2018. Modificado pela autora.

O grande número de pessoas residentes no subdistrito e a sua importância histórica não foram suficientes para reduzir as diferenças dos outros subdistritos, como a maior concentração de condomínios do Programa Morar Feliz do governo municipal, o menor número de espaços públicos voltados à população, o baixo número de ciclovias etc., além da diferenciação na área

acadêmica, já que muitos dos trabalhos sobre a cidade de Campos contemplam majoritariamente os demais subdistritos.

Como demonstrado anteriormente, a margem esquerda do rio Paraíba do Sul, o subdistrito de Guarus, sempre foi deixada em segundo plano se comparada à margem direita. Os maiores investimentos sempre foram voltados ao lado sul da cidade desde a sua formação, o que gera diferenciações e desigualdades entre áreas distintas da cidade que se perpetuam e afetam os habitantes das áreas que possuem menos atenção do poder público.

Diversos índices extraídos do último censo realizado pelo IBGE — censo 2010, já que o de 2020 foi adiado, devido à crise mundial da pandemia da Covid-19, todos os dados mais recentes utilizados no presente trabalho baseiam-se neste censo — quando correlacionados, evidenciaram que a segregação entre os dois lados da cidade, divididos pelo rio Paraíba do Sul, é algo que nunca teve atenção por parte dos governantes, que ainda existe e reafirma as dificuldades encontradas pelos moradores dos bairros mais afastados das áreas centrais.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Ao analisar as periferias da cidade de Campos dos Goytacazes e as práticas dos jovens que a habitam, Siqueira (2016) aborda a divisão territorial em zonas dominadas pelo tráfico, onde o subdistrito de Guarus é apontado como uma área onde ocorrem diversos fatos relacionados ao crime. A autora busca na história do município a motivação inicial da situação:

Na história desta rivalidade entre favelas e posteriormente divisão do território da cidade, o subdistrito de Guarus a princípio não participou do movimento de expansão do mercado ou sofreu intervenções por parte do grupo de traficantes. Pois, a região nunca ocupou um lugar de atenção e centralidade, por ter sido historicamente abandonada pelo poder público (que sempre esteve nas mãos da elite campista) por muito tempo, demorou a se desenvolver e por isso não era vista como uma área de interesse para a venda de drogas em potencial. Guarus foi um espaço onde os ex-escravos, os pobres, aqueles que eram “excluídos socialmente” se dirigiam para morar, visto que não conseguiam lugar na área central da cidade e nos seus bairros próximos (Ibidem, p. 86).

O rio Paraíba do Sul é visto por Siqueira (2016) como uma barreira entre as duas localidades do distrito-sede, mas, nesse caso, como uma barreira que dificultou a chegada do tráfico à área situada na margem esquerda do rio:

Outro fator que influenciou a tardia territorialização do tráfico em Guarus foi a existência do Rio Paraíba do Sul que forma uma fronteira natural entre o Subdistrito de Campos e o de Guarus, o que já cria uma barreira que dificultou a expansão do tráfico. Porém, com o crescimento populacional do subdistrito foi apenas uma questão de tempo para que os traficantes compreendessem o novo potencial de mercado daquela área e criassem mecanismo de conquista de território e formação de novas bocas (Ibidem, p. 87).

A venda de drogas em Campos dos Goytacazes, realizada na margem direita, se estabeleceu na década de 1970 e ocorria de forma sigilosa inicialmente, como afirma Tavares (2019, p. 8):

Com a emergência das favelas na cidade de Campos dos Goytacazes, o tráfico de drogas ilícitas se estabelece nos anos 1970, com a comercialização, principalmente, da maconha. O tráfico acontecia de forma muito sigilosa, visto que existiam grupos de extermínio formados por policiais e financiado pela classe média alta. Nesta época, apesar dos diversos pontos de venda, a relação de rivalidade entre as favelas não existia. O tráfico era considerado um trabalho de subsistência e os donos das “bocas” não tinham poder aquisitivo para comprar em grande quantidade.

As facções criminosas² vieram para Campos dos Goytacazes para expandir os territórios já conquistados no Rio de Janeiro na década de 1980. Logo, as organizações que chegaram à cidade obedeciam aos comandos da capital. Nesse período, ocorreu a introdução de novas drogas e o fortalecimento da comercialização, além do aumento da violência — que servia como garantia de pagamento, por exemplo.

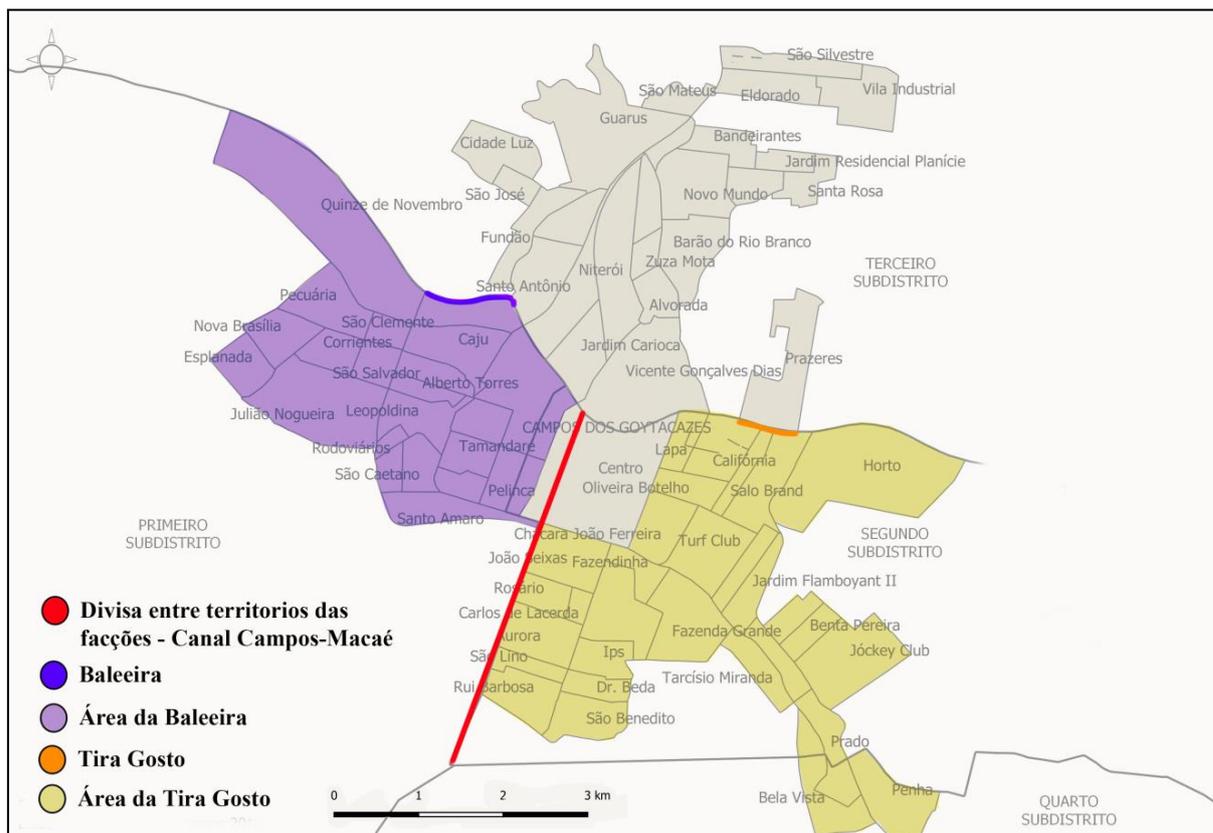
Inicialmente, três favelas possuíam o controle do tráfico de drogas do município: Baleeira, Tira Gosto e Oriente. No entanto, na década de 1980, surgiu uma rivalidade entre Oriente e Baleeira, que terminou com a morte de três dos chefes da Oriente e o domínio do tráfico por Baleeira e Tira Gosto. O período da primeira desavença foi o mesmo da separação da primeira facção oriunda do Comando Vermelho no Rio de Janeiro.

Na década de 1990, ocorreu a segunda ruptura entre facções, que novamente teve os períodos semelhantes às separações que ocorreram no Rio de Janeiro, entre a Baleeira e Tira Gosto, onde a primeira segue os comandos do Terceiro Comando Puro (TCP) e a segunda responde pela facção Amigos dos Amigos (ADA). Essa ruptura ocasionou a divisão de territórios no município — primeiramente, nos subdistritos localizados ao sul do rio Paraíba do Sul (TAVARES, 2019).

A partir da disputa pelo tráfico, que possuía um marco de divisão entre os territórios no lado sul da cidade — o canal Campos-Macaé, que funcionava como uma fronteira entre os lados rivais —, os subdistritos (1º, 2º e 4º) se dividiram em duas áreas bem delimitadas (Mapa 3) — apesar da linha imaginária traçada pelo canal Campos-Macaé possuir alguma flexibilização para algumas pessoas —, o que não ocorre em Guarus por causa da territorialização tardia pelo tráfico das áreas ao sul do rio Paraíba do Sul (SIQUEIRA, 2016).

² A primeira facção criminosa a surgir no Rio de Janeiro foi o Comando Vermelho, na década de 1970, e teve início no presídio da Ilha Grande, pela união de detentos comuns, que haviam praticado assaltos a bancos, e presos políticos — vale ressaltar que era período da ditadura militar. As ações criminosas eram coordenadas no presídio e executadas por criminosos comuns em liberdade. Com o crescimento do negócio do tráfico, conflitos internos de interesse fizeram com que outras facções surgissem da original: a primeira, já na década de 1980, foi o Terceiro Comando (posteriormente Terceiro Comando Puro, TCP) e após, na década de 1990, a Amigos dos Amigos (ADA). As facções entram em combate constante e velam o ódio que surgiu devido ao fato de terem sido criadas de dissidências entre elas (FREITAS, 2010; OLIVEIRA, 2018).

Mapa 3: Antiga divisão entre grupos rivais do tráfico de Campos dos Goytacazes anterior à chegada aos bairros de Guarus



Fonte: Siqueira (2016).

A chegada do tráfico no subdistrito de Guarus é considerada tardia — se comparada a dos demais subdistritos do município — por não ter sido vista como mercado em potencial para a venda de drogas no período, e se deu pela pretensão de aumento de território e pelo aumento da população residente em Guarus, o que possibilitaria a venda — apesar de não se ter uma data precisa da introdução do tráfico no 3º subdistrito, que teve o rio Paraíba do Sul como empecilho à entrada das facções em um primeiro momento. A partir daí, têm início os conflitos para domínio de território, que tornaram violentos diversos bairros do subdistrito (Ibidem).

Em Guarus, o bairro se encontra totalmente dividido em pequenos territórios e muitas vezes apenas uma rua divide as facções rivais. Isso faz com que o bairro se torne perigoso, com um tráfico de drogas sempre em ascensão e práticas de violência frequentes com intuito de “proteger” suas fronteiras. (...) Deste modo, se tornam constante os conflitos nas comunidades do subdistrito de Guarus e são principalmente os jovens que sofrem as consequências com um alto nível de homicídios (TAVARES, 2019, p. 11).

Siqueira (2016) afirma que o grande aumento do índice de situações relacionadas ao tráfico no subdistrito acontece após a implantação dos condomínios para habitação social do programa Morar Feliz e a construção de casas populares, que possuiriam o intuito de remover as antigas favelas do

município e levar os seus moradores para Guarus. A implantação dessas residências em locais distantes dos centros urbanos e sem acesso, devido a equipamentos e serviços públicos, além da falta de acompanhamento desses locais, pioraram ainda mais a situação dessas áreas e amplificam a segregação socioespacial dos moradores.

Não tendo sido feito acompanhamento após a implantação das residências nem ações pós-ocupação, foi facilitada a chegada de grupos pertencentes a facções rivais aos que já habitavam as proximidades do local, o que ocasionou aumento do índice de violência, confrontos e mortes de forma considerável na região (Ibidem).

Cabe ressaltar que os bairros de Guarus onde foram construídos os conjuntos habitacionais e que por isso possuem duas facções rivais em atividade em território muito próximo tem maior índice de homicídio (Ibidem, p. 97).

A autora aborda também o fato de os moradores dessas regiões sofrerem preconceito quando estão em outras localidades da cidade por habitarem em locais considerados perigosos. Além disso, são mencionadas as dificuldades enfrentadas por morar nessas áreas, como a recusa de determinados serviços de ir até as residências, como entregas, carros de aplicativo, entre outros (Ibidem).

O preconceito com os moradores dos bairros de Guarus é algo que se perpetua pela "má fama" atribuída à área, pelos conflitos existentes pela disputa do tráfico e também pela forma com que a mídia da cidade aborda o tema. A mídia e os moradores de outras áreas da cidade costumam se referir aos bairros do subdistrito como um lugar homogêneo, sem diferenciações internas, o que gera uma carga de opiniões negativas sobre toda a extensão territorial de Guarus.

O medo da violência criminosa tornou-se um discurso recorrente nas cidades contemporâneas. Parte desse medo tem como base a realidade, a partir de fatos que ocorrem. Parte da construção do sentimento de insegurança e do medo nas cidades, entretanto, é construída pela mídia, que gera percepções e representações distorcidas sobre o problema. Mesmo quando refletem fatos reais, o foco da mídia sustenta o discurso do medo e não aprofunda a análise da questão. Inclusive propõe soluções que geram mais violência (SOUZA E SILVA, 2020).

As notícias são divulgadas de forma a chamar a atenção do público, e as probabibilidades de publicação crescem quando a notícia tem maiores consequências ou possui maior gravidade, como é o caso dos homicídios, sempre abordados com bastante destaque e muitas vezes sem definir os locais exatos onde ocorrem (Figura 1).

Figura 1: Noticiário de mortes sem informação precisa de bairro de ocorrência

Homem morre baleado em rua de Guarus, em Campos, no RJ
Corpo de Bombeiros chegou a ser chamado, mas a vítima já estava morta.

Folha Geral 18/06/2019 10:22 - Atualizado em 18/06/2019 13:14

Jovem assassinado a tiros dentro de casa, em Guarus

Fonte: G1 do Norte Fluminense e *Folha Geral*, 2019

Observa-se, nas reportagens representadas, que a indivisibilidade do subdistrito é um fator recorrente que faz com que o estigma existente sobre toda a área não seja eliminado. Apesar de não apresentarem os locais exatos onde os crimes ocorreram, as ocorrências são do Parque Aldeia e da comunidade "Sovaco da Cobra", respectivamente. O mesmo não ocorre com as chamadas de notícias que acontecem nos demais subdistritos do distrito-sede, onde as ocorrências, em quase sua totalidade, informam o bairro preciso (Figura 2):

Figura 2: Noticiário de ocorrências em bairros ao sul da cidade

Homem é esfaqueado na Pelinca
Crime ocorreu na madrugada desta segunda-feira (26)

NOTÍCIAS
O JORNAL DO NORTE FLUMINENSE

Homicídio no bairro da Penha, em Campos
José Carlos da Silva Gonçalves, 46 anos, foi morto a tiros na noite de ontem (25)

Fonte: *Jornal do Norte Fluminense*, 2019.

As áreas periféricas do subdistrito não possuem o signo de segurança, muito relevante na escolha de moradia entre as classes que possuem recursos financeiros para escolha dos locais de moradia, o que as afasta desses bairros; com isso, não há interesse do poder público de levar melhorias significativas

para o local. A partir dessa separação, com o intuito de obter maior segurança, além dos demais fatores que influenciam o local de moradia das classes mais altas, é que a segregação em Guarus se fortalece.

A população residente no subdistrito Centro concebe o subdistrito Guarus como muito violento. Entretanto essa insegurança em relação a Guarus e seus moradores, em grande medida, está baseada em noticiários que expandem fatos ocorridos em determinados bairros e noticiam destacando o segundo subdistrito, chamando atenção para a palavra “Guarus”. Como vimos, porém, o subdistrito conta com quarenta bairros, e a violência não se apresenta homogênea no subdistrito. Além disso, esse espaço tem sido construído por condicionantes históricos e espaciais de segregação de grupos sociais mais pobres, desconsiderando que essa população é a mais sujeita à violência, inclusive à violência policial (SOUZA E SILVA, 2020, p. 10 e 11).

A mídia influencia também pela frequência com que expõe os casos ocorridos, dando mais destaque aos que aconteceram nos bairros de Guarus do que os ocorridos no centro, por exemplo. Os roubos a transeuntes e a residências, pouco noticiados, têm maior incidência nos territórios atendidos pela 134ª DP (voltada aos casos do lado sul da cidade) e só costumam ser noticiados quando a notícia traz grande impacto, como no caso de latrocínios (roubo seguido de morte) (SOUZA E SILVA, 2020). As autoras afirmam que

a mídia não evidencia o aumento de roubo a transeunte nos bairros em que esse crime acontece com mais frequência — nas regiões mais nobres — ao passo que o homicídio, que afeta mais intensamente a população pobre, tem muita representação. Isso demonstra que a mídia não representa negativamente as áreas mais nobres da cidade (p.18).

Os bairros que possuem altos índices de crimes (Figura 3) violentos são os mesmos que possuem menor valor imobiliário, que recebem menores investimentos públicos para melhoria de infraestrutura e serviços oferecidos à população e coincidem também com a maioria negra da cidade e com as rendas mais baixas do município.

Figura 3: Áreas de residência dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio

Fonte: *Perfil Campos 2018*

Os crimes não acontecem de forma homogênea no subdistrito de Guarus, como é representado para população da cidade como um todo, pela mídia; ocorrem diferentes delitos com diferentes frequências em diversos bairros de todo o município. No entanto, os bairros que se situam no subdistrito são penalizados com a indivisibilidade com a qual Guarus é tratada e, principalmente, pela falta de atenção que recebe em detrimento dos demais subdistritos, principalmente, as áreas centrais voltadas a classes de rendas mais elevadas.

Ainda mais afetados são os moradores de tais bairros, principalmente os situados mais ao norte do distrito-sede, onde as condições de vida são precárias, e o preconceito e o racismo dominam as relações com os demais habitantes da cidade, impedindo-os, muitas vezes, de conseguirem melhorar de vida ou obter as condições de acesso e igualdade para isso. Ao associar a segregação existente nos bairros de Guarus com toda a desqualificação atribuída ao subdistrito à criminalização, as maiores vítimas são justamente os habitantes — principalmente homens, jovens e negros — que moram nessas periferias e que não possuem condições de ascensão.

“Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter. (DEMO, 1993 p.2 apud MARICATO, 1966 p. 30). Segundo a mesma autora na mesma obra, algo que não é levado em consideração quando o assunto é violência é a institucionalização da violência, nas injustiças que são impostas a partes da população — como as dificuldades de locomoção na cidade para estudos ou trabalhar, no atendimento nas unidades de saúde, as condições indignas de vida, entre outros — e é considerada apenas a “delinquência” dos mais pobres.

Conclusão

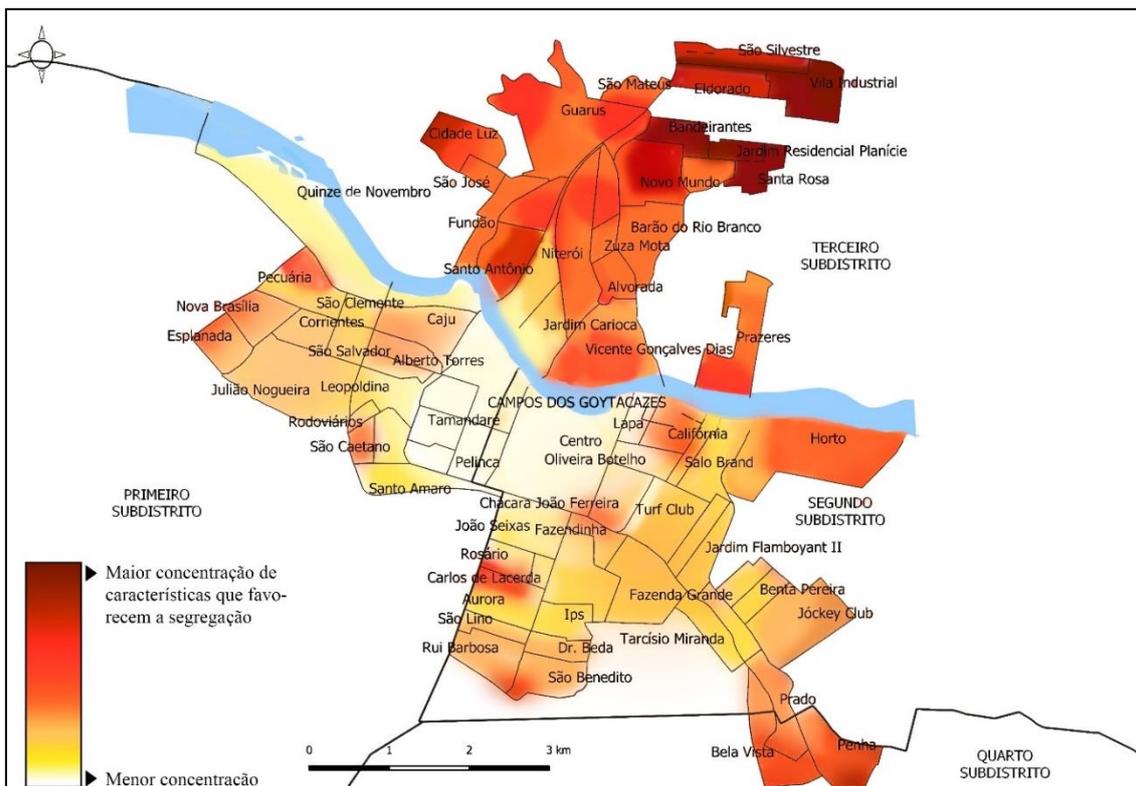
O conceito de segregação é amplo e possui diversas propriedades que o caracterizam, podendo ser definido na cidade de acordo com o tipo de desigualdade a que os habitantes são submetidos. Ou seja, a segregação pode ser considerada como um efeito da desigualdade existente no espaço urbano que não proporciona aos moradores da cidade igualdade de direitos.

A segregação não deve ser medida apenas pela localização da residência de cada classe social no espaço urbano, mas sim pelas desigualdades em que se encontram como base a falta de acessos e a diferença na distribuição de serviços — fatos que são agravados pela localização dos sujeitos no espaço urbano, uma vez que existem áreas que possuem maiores vantagens em relação a outras.

Dessa forma, a distribuição das residências no espaço urbano se dá pelas lutas de classes, que buscam para si áreas que ofereçam maiores facilidades, como proximidade com empregos, serviços ou maior nível de infraestrutura. No entanto, a disputa não é igualitária, conseguindo os melhores locais da cidade os grupos detentores de maior poder econômico e político. A partir daí, quando se une o aspecto social e econômico à localização das diferentes classes no espaço urbano, tem-se a segregação socioespacial, que é um agente produtor de diferenciações na cidade por meio da divisão social do espaço.

Ao se sobrepor os mapas que possuem os dados referentes a cada área do espaço urbano, é possível perceber a sobreposição tanto das localidades que possuem reunidos os altos índices socioeconômicos quanto as que concentram os menores. Vale ressaltar que os locais onde se concentra a população negra são os mesmos que estão em cores mais acentuadas no Mapa 4, que reúne os índices trabalhados nos itens anteriores.

Mapa 4: Mapa-síntese com sobreposição de dados do distrito-sede:



Fonte: Produzido pela autora, 2021.

O mapa deixa clara a concentração dos índices negativos no 3º subdistrito, em que as cores são predominantemente laranja e tons variados de vermelho, tendo a maior concentração, em vermelho amarronzado, nos bairros mais ao norte de Guarus. Nos bairros dos demais subdistritos, as cores tomam uma tonalidade mais clara com locais pontuais com concentração das características que contribuem para a segregação. É possível notar também que as áreas com tons mais escuros são as mesmas em destaque na figura 4, considerados os bairros mais perigosos da cidade.

Pode-se observar também que, diferentemente do que muitas vezes é retratado tanto na mídia quanto em trabalhos acadêmicos, o subdistrito não possui as mesmas características em toda sua extensão, mas os bairros diferem entre si em diversos aspectos, havendo muitas vezes diferenciação até dentro do próprio bairro. Nota-se também que os bairros mais afastados são os que possuem maior concentração de aspectos negativos na cidade, enquanto bairros mais próximos ao centro possuem melhores índices, ainda que diferentes dos bairros próximos a eles que se encontram na margem sul.

As localidades que possuem maior destaque no mapa-síntese acima demonstram os efeitos da falta de investimentos e do abandono por parte do poder público, que concentram as benfeitorias próximos aos locais mais valorizados na cidade — que ocupam as áreas mais centrais, em cores mais claras no mapa acima — e que concentram a população com maior poder aquisitivo e político.

Foi possível observar como o distrito-sede possui delimitações claras no espaço urbano, concentrando, no subdistrito de Guarus, as camadas de menor renda e baixos índices socioeconômicos, como o baixo investimento público em infraestrutura, a vulnerabilidade elevada, os menores valores do solo, o menor acesso a serviços e equipamentos públicos, além de abrigar diversas áreas de interesse social com os conjuntos habitacionais

Dessa forma, a segregação em Guarus se expressa também com a população de baixa renda habitando as áreas mais afastadas — quanto mais ao norte do subdistrito, maiores os índices de pobreza — enquanto a de maior renda habita, predominantemente, nos bairros situados no lado direito do rio Paraíba do Sul — onde há oferta de bens, serviços e comércios. Reconhece-se a diferença temporal na formação dos bairros da cidade, e que essa parte da cidade foi uma das primeiras a ser ocupada. Tal característica se deu desde a formação de Campos dos Goytacazes, iniciada na margem direita, quando apenas a população excluída socialmente procurava as terras da margem esquerda para residir e, posteriormente, após a falência do setor sucroalcooleiro, onde os trabalhadores precisavam de terras com valores mais baixos.

O estigma da marginalidade enraizado na sociedade de que a população negra está ligada ao crime e ao tráfico faz com que a população, que já sofre com a segregação racial e as demais que atuam sobre o espaço urbano de Guarus, seja ainda mais prejudicada e possua mais dificuldade de acessos na cidade — os bairros que possuem a maior concentração de pessoas pardas e pretas são os mais ao norte do subdistrito, onde a mobilidade é prejudicada, e existe o medo da violência, que faz com que meios de transporte públicos ou alternativos muitas vezes não cheguem até o local.

Apesar da ideia de que a violência se concentra apenas nas áreas de Guarus, o que é reforçado pela mídia ao unificar os bairros do subdistrito e dar destaque aos casos mais graves que ocorrem, as facções pertenciam originalmente à margem direita do rio Paraíba do Sul. O preconceito que existe sobre os bairros do subdistrito e seus moradores faz com que a segregação se intensifique nessas áreas, e o subdistrito como um todo carregue uma carga de opiniões negativas e preconceituosas que não é simples de ser removida, precisando que seja uma mudança na cultura local e a presença do Estado com implantação de políticas públicas que consigam ser referência de cidadania em Guarus.

A cidade precisa ser pensada como um todo e não como partes separadas, tanto pelos órgãos públicos quanto pelos moradores de ambas as margens. Para que isso ocorra, é necessário, antes de tudo, que o rio não seja visto como uma barreira física entre os distritos, podendo voltar a ser reconhecido como um símbolo significativo da cidade. Além disso, é necessária a implantação igualitária dos serviços e do investimento em melhorias para toda a população, não se aliando ao mercado imobiliário nem às forças das classes dominantes em detrimento das camadas populares.

REFERÊNCIAS

- ALIPRANDI, Danielly Cozer. *O sistema de espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: Carências e potencialidades*. 2017. 402 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, 2017
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *(Re) Produção do espaço urbano*. 1. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: ED'USP, 2008a. 272 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto. 2008b.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FARIA, Teresa P. *As reformas urbanas de Campos e suas contradições*. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. CD-ROM dos Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Natal – RN. 2000
- FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. *Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes após 1950: novas centralidades, velhas estruturas*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo 2005.
- FREITAS, Hermano. *Facções criminosas do Rio tiveram origem nos presídios*. 2010.
- IBGE Censo Demográfico, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed.4. UFMG, 2008.
- LOBATO CORRÊA, Roberto. *O espaço Urbano*. São Paulo. Editora Ática, 2002.
- LOBATO CORRÊA, Roberto. *Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano*, in *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade Desigualdade e Violência*. São Paulo: Hucitec Editora, 1996. 144 p.
- OLLIVEIRA, Cecília; COUTO, Maria Isabel; EIRAS, Yuri. *O Fim de uma Facção: as traições, prisões e batalhas perdidas que marcam a queda de uma das mais poderosas organizações criminosas do Rio de Janeiro*. As traições, prisões e batalhas perdidas que marcam a queda de uma das mais poderosas organizações criminosas do Rio de Janeiro. 2018. The Intercept Brasil. Disponível em: <https://projects.theintercept.com/brasil/o-fim-de-uma-faccao/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SILVA, Rafael Santos; BAESSO, Daniel Cesário; TEÓFILO, Sandro. *Espaço Urbano: Exclusão, Segregação e os vários níveis de habitação em Juiz de Fora*. Nugea. Juiz de Fora, p. 1-9. set. 2010.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. *Territórios Proibidos? uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ*. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2016.

SOUZA, Nágila da Silva Ferreira; SILVA, Silvana Cristina da. *Espaço urbano e segregação socioespacial: uma análise da representação da violência na mídia impressa em campos dos goytacazes*. Rio Claro, 2020.

TAVARES L., & Luiza Lacerda CARVALHIDO M. (2019). *A Territorialização Do Município de Campos dos Goytacazes a Partir do Tráfico de Drogas*. Revista Interdisciplinar Pensamento Científico.

VIEIRA, Simone Pedro; FARIA, Teresa Peixoto. *Princípios de Legislação Urbanística, Planejamento Urbano e Divisão do Espaço: um estudo do plano de desenvolvimento físico-territorial urbano de Campos dos Goytacazes/RJ*. XI Congresso Brasileiro de Sociologia: Oficina de Trabalho "Sociólogos do Futuro" - UNICAMP, Campinas, p. 1-20, jul. 2003.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.